

**ILMO. SR. AGENTE DE CONTRATAÇÕES DA FUNDAÇÃO DE APOIO E
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO TECNOLÓGICO - FADETEC.**

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 0001/2024
PROCESSO: 0017/2024

ARTEM PROJETOS LTDA inscrita no CNPJ nº 51.526.193/0001-50, sediada na rua itaunense, nº 59 bairro siderurgia, ouro branco/MG – CEP: 36.492-222, administrativo@artemprojetos.com.br tel; (31) 987911841 /31 99881-8432 / 31 99329-8804, neste ato representada por seu representante legal e procurador in fine subscrito, vem, mui respeitosamente à presença de V. Sa., com fulcro no art. 59, inciso V, §4º, da Lei 14.133/2021, apresentar o presente.

**RECURSO ADMINISTRATIVO
COM EFEITO SUSPENSIVO**

Em face da decisão que, equivocadamente, habilitou e declarou vencedora do referido certame, a empresa **TEIXEIRA IMPRESSAO DIGITAL E SOLUCOES GRAFICAS LTDA**, doravante denominada RECORRIDA, pelas razões de fato e de direito que passa a expor para ao final requerer.

I – DA TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO E DO EFEITO SUSPENSIVO

Ab initio, considerando que o art. 165, I, alínea “c” da Lei 14.133/2021 dispõe sobre a interposição de recurso no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da intimação do ato ou de lavratura da ata. Considerado, ainda, que o I. Agente de Contratação exarou ato de anuência favorável a intenção de recurso na própria ata do certame licitatório no dia 03/04/2024 até o dia 08/03/2024, pelo que, com efeito, a RECORRENTE observa o prazo legal preceituado, sendo tempestivo o presente Recurso.

No tocante ao efeito suspensivo o art. 109, §2º, da Lei 9.784/99 recepciona a possibilidade de o recurso em apelo adquirir efeito suspensivo para sobrestar o ato administrativo. De igual modo, o art. 168, da Lei 14.133/2021, preconiza o mesmo entendimento.

Ademais, se o caráter suspensivo do recurso não for convalidado pela administração, esvaziaremos o sentido constitucional do art. 5º, inciso LV, da CF/88, pois tornará o recurso em questão imprestável, extirpando o comando segundo o qual os litigantes em processo judicial ou administrativos têm prerrogativas asseguradas de ampla defesa e contraditório. Assim, o

prossequimento dos atos administrativos do presente certame deve ser sobrestado até que a decisão final em segunda instância administrativa seja proferida.

II – BREVE ESCORÇO DOS FATOS

Cuida-se, em apertada síntese, de certame licitatório – Pregão Eletrônico nº 001/2024 promovido pela A FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO TECNOLÓGICO - FADETEC, no dia 01/04/2024 pelo portal de compras “Sistema de Compras do Governo Federal”, cujo objeto é “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO GRÁFICA E ENCADERNAÇÃO DE APOSTILAS, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DO PROJETO NORTEJA”.

Ao ingressar no certame, a ora RECORRENTE ofereceu sua proposta com fundamento em sólido estudo de viabilidade econômica e exequibilidade de sua proposta para atender tudo quanto preceituado no edital em apreço, e, em especial, os ditames legais da Nova Lei de Licitações quanto à inexecuibilidade. Infelizmente, após análise das propostas e disputas de lances, a Administração entendeu por declarar a Empresa **TEIXEIRA IMPRESSAO DIGITAL E SOLUCOES GRAFICAS LTDA** como arrematante do certame, com o menor lance no valor de **R\$ 6.894,99 (Seis mil, oitocentos e noventa e quatro reais e noventa e nove centavos)**, ou seja, já incidente na hipótese legal de inexecuibilidade disposta no art. 59, §4º, da Lei 14.133/2021, uma vez que a proposta foi inferior à 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

Assim, afere-se que a respeitável decisão do Agente de Contratação não merece prosperar, conforme restará demonstrado, mormente porque a proposta apresentada pela Empresa **TEIXEIRA IMPRESSAO DIGITAL E SOLUCOES GRAFICAS LTDA**, encontra-se eivada notadamente dada a patente **INEXEQUIBILIDADE** do preço ofertado, nos termos art. 59, §4º, da Lei 14.133/2021, conforme passa-se a expor.

III – DAS RAZÕES DA RECORRENTE

III.1. INCIDÊNCIA DE HIPÓTESE DE INEXEQUIBILIDADE LEGAL NOS TERMOS DO ART. 59, §4º, DA LEI 14.133/2021

Exordialmente, impede ressaltar que a inexecuibilidade aqui apontada é de natureza tão óbvia e clareza solar que a ora RECORRENTE se quedou perplexa quando foi noticiado que, após a análise do setor técnico responsável, a referida inexecuibilidade não teria sido declarada de ofício pelo Ilustre Agente de Contratação, que, s.m.j., não atuou com a acuidade técnica que lhe é habitual.

Isto porque, patente a incidência da hipótese legal discriminada art. 59, §4º, da Lei 14.133/2021, **o que por si só ensejaria a desclassificação de qualquer proposta inferior a R\$18.300,00 (Dezoito mil, trezentos reais)**, pelo que deveria o Ilustre Agente de Contratação ter declarado sua inabilitação.

Sem embargo, as bases da licitação de acordo com a legislação devem ser respeitadas, como o princípio da impessoalidade, que está totalmente relacionado ao princípio da isonomia e do julgamento objetivo: todos os licitantes devem ser tratados igualmente em termos de direitos e obrigações, devendo as decisões pautar-se por critérios objetivos sem levar em consideração as condições pessoais do licitante ou as vantagens por ele oferecidas, salvo as expressamente previstas

na lei ou no instrumento convocatório. Segundo o professor Celso Antônio Bandeira de Mello (*in Curso de direito Administrativo*, 15ª ed. Malheiros Editores. Rio de Janeiro, 2003, p. 546/547), “*o julgamento das propostas começa por um exame de suas admissibilidades, pois as propostas devem atender a certos requisitos, sem o que não poderão ser tomadas em consideração.*”

Em seguida, o mesmo autor afirma: “*proposta ajustada às condições do edital e da lei, como intuitivamente se percebe, é a que se contém no interior das possibilidades de oferta nela permitidas. Proposta séria é aquela feita não só com o intuito, mas também com a possibilidade de ser mantida e cumprida.*” (grifo nosso).

Ora, a aceitabilidade da proposta envolve não somente a verificação do cumprimento das condições do edital, mas, principalmente, a capacidade de execução do objeto licitado, ou seja, a exequibilidade da proposta, pelo que, independentemente da modalidade licitatória, contraria a lógica e o princípio da eficiência, a admissão de licitante que, com a proposta apresentada, não tenha condições de satisfazer as necessidades do poder contratante, e por isso a Nova Lei de Licitações inovou a determinar, *ex lege*, um patamar máximo de descontos, consubstanciado na redação do art. 59, §4º, da Lei 14.133/2021, de modo a conceber como um de seus objetivos basilares a garantia da contratação mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e sempre de modo a evitar preço ou preço manifestamente inexequíveis, objetivos elencados em seu art. 11, que seguem transcritos *in verbis*:

“Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.” (sem grifos no original)

Pois bem, já no próprio inciso I do art. 11 da Nova Lei de Licitações o legislador enfatizou expressamente como objetivo do certame licitatório propiciar a contratação mais vantajosa para a Administração, a fim de prestigiar a relação custo-benefício, de modo a atender à sua necessidade sempre sopesando tanto o preço a ser pago, como a qualidade do objeto que está sendo contratado.

Desta feita, inovou a Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) ao consagrar a busca do equilíbrio e da menor exposição aos riscos de contratação trazidos no inciso III de seu art. 11, repelindo a malversação dos recursos públicos ocasionadas por preços inexequíveis, que causam significativos prejuízos à Administração e à implementação de políticas públicas de modo eficaz, e **exatamente por isso estabeleceu, em momento posterior de sua redação, uma presunção absoluta de inexequibilidade, explicitamente prevista em seu art. 59, §4º**, diferente da outrora polêmica presunção relativa existente no antigo art. 48, inciso II, §1º, alínea “a” da já revogada Lei 8.666/93, que, para conforto de leitura, transcrevemos *in verbis*:

“Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;
II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

Ora, conforme percebe-se em simples leitura, a Lei 14.133/2021 é de clareza solar ao estabelecer o limite máximo de desconto a ser ofertado pelo qualquer licitante que participa de um certame. Sendo assim, ainda que a diferença entre a proposta vencedora e o valor limite estabelecido em lei (vinte e cinco por cento de desconto) sejam aparentemente pequenos, conforme destacado pelo próprio Agente de Contratações por ocasião da sessão pública, o parâmetro da inexequibilidade não foi igualmente obedecido, prejudicando os licitantes que cumpriram o que estabelece a lei ao ofertar seus lances/propostas dentro do limite legal, sabedores da determinação de desclassificação sumária com base no artigo supramencionado.

este diapasão, torna-se ainda mais relevante e necessária a atuação do Agente de Contratação, dada à sua responsabilidade quanto à aferição da exequibilidade mínima de preços exigida na lei. Nas palavras do Prof. Jair Eduardo Santana, “[...] *A AFERIÇÃO DA EXEQUIBILIDADE DE PREÇOS É TAREFA MINUCIOSA, NA MEDIDA EM QUE EXIGE NA CONDUÇÃO DO CERTAME ATENÇÃO QUANTO AOS PREÇOS E TAMBÉM QUANTO À FORMA COMO OS LANCES SÃO DADOS EM SESSÃO. Não são raras as vezes em que, logo após a assinatura do contrato, o licitante solicita reequilíbrio, sob argumento de alteração imprevisível nos insumos da produção, motivo este que fica desacreditado em tempos de estabilidade econômica. Da negativa por parte da Administração decorre uma relação contratual ruim, de discussões, de atrasos nas entregas e toda uma série de dissabores.*”

Portanto, diante da incidência da hipótese legal de inexequibilidade disposta no art. 59, §4º, da Lei 14.133/2021, é **DEVER DESTA ADMINISTRAÇÃO PROMOVER A DESCLASSIFICAÇÃO SUMÁRIA DA REFERIDA PROPOSTA**, caso contrário, restaria ferido de morte os princípios da igualdade de concorrência entre os licitantes e da legalidade, propagando insegurança jurídica para aqueles que cumpriram com o estabelecido na Lei.

Neste particular, é importante destacar que o procedimento licitatório se destina a selecionar a proposta mais vantajosa para a realização da obra ou serviço, sendo julgada tendo por pedra angular, dentre outros pilares, o princípio da impessoalidade e legalidade. Desta feita, **não há que se cogitar da realização de diligências para aferir a inexequibilidade, pois o lance abaixo daquele percentual de 75% já é identificado pela própria Lei como inexequível, devendo a proposta ser desclassificada.**

E não outro é o entendimento do Egrégio Tribunal de Contas da União, que já enfrentou a referida matéria em seu Plenário ainda no ano de 2023. No Acórdão nº 2.198/2023 – Plenário do Tribunal de Contas da União, **a representante se insurgiu, em suma, contra a desclassificação de seu lance, que teria sido inferior a 75% do valor estimado para a licitação, sem que lhe fosse dada a oportunidade de demonstrar a exequibilidade do valor ofertado.** O argumento da representante, em linhas gerais, espelhava o teor da Súmula nº 262 do próprio Tribunal de Contas da União, editada durante a vigência da Lei nº 8.666/1993, segundo a qual a Corte de Contas firmou entendimento de que mesmo constando expressamente no § 1º do art. 48 desta Lei que seriam consideradas “manifestamente inexequíveis”, o critério ali previsto conduzia a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

Contudo, ao avaliar a aludida representação, **em verdadeira quebra de paradigma da legislação anterior**, o Plenário do TCU considerou que **“o § 4º do art. 59 da Lei 14.133/2021 estabelece que, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração”.** Além disso, também considerou a previsão contida no inciso III do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, segundo a qual “serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis”, conforme transcrito *in verbis*:

“ACÓRDÃO Nº 2198/2023 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada por Arquimedes Engenharia Civil Ltda. em face de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 2/2023, regido pela Lei 14.133/2021, sob a responsabilidade do Sítio Roberto Burle Marx – Iphan (localizado no Município do Rio de Janeiro – RJ), cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de recuperação do Sombrial Graziela Barroso - 1ª etapa/fase 1: recuperação de muro externo, com orçamento estimado em R\$ 649.861,94;

Considerando que a representante se insurge, em suma, contra a desclassificação de seu lance, que teria sido inferior ao mínimo de 75% definido para lances exequíveis, sem que tenha havido diligência para demonstrar a sua exequibilidade;
Considerando que o § 4º do art. 59 da Lei 14.133/2021 estabelece que, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração;

Considerando que serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis (art. 59, inciso III, da Lei 14.133/2021);

Considerando que, neste caso, não há que se cogitar da realização de diligências para aferir a inexequibilidade, pois o lance abaixo daquele percentual de 75% já é identificado pela própria Lei como inexequível, devendo a proposta ser desclassificada; e

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Contratações às peças 8-9;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do RI/TCU, em:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;

(Acórdão n. 2198/2023-TCU-Plenário. Processo TC-033.663/2023-8 - sem grifos no original)

E não se venha dizer que a Administração dispõe de liberdade absoluta para decidir sobre a aceitação de propostas mesmo que manifestamente inexecutáveis. Neste mesmo sentido é valiosa a lição do DESEMBARGADOR VOLNEI IVO CARLIN, transcrita *in verbis*:

“O poder discricionário distingue-se do poder arbitrário pelo fato de que este excede ou se encontra fora da lei (‘contra legem’), pelo que é suscetível de controle de legalidade; é ilegal, típico das monarquias absolutas, extrapola a lei e é inválido, pelo que a própria Administração Pública deve declarar a nulidade de ato arbitrário (Súmulas n. 346 e 473)”.

(CARLIN, Volnei Ivo. Direito Administrativo. Florianópolis: OAB/SC, 2001, p. 127).

Por todo exposto, uma vez cabalmente comprovada a manifesta inexecutabilidade da proposta apresentada pela RECORRIDA, **o que pode ser igualmente observado por esta Administração não só pelas razões aqui expeditas, mas por meio de simples cálculo matemático em observância aos ditames legais, notadamente o art. 59, §4º, da Lei 14.133/2021**, é patente sua inexecutabilidade, **devendo a mesma ser desclassificada do certame licitatório em questão, bem como igualmente desclassificadas quaisquer outras com valor abaixo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, qual seja, abaixo do valor de **R\$18.300,00 (Dezoito mil, trezentos reais)**, consagrando-se assim os princípios da vantajosidade, legalidade e segurança jurídica, que foram flagrantemente violados.

IV – DAS CONCLUSÕES E DOS PEDIDOS

Por todas as razões aqui expeditas que balizaram o presente Recurso Administrativo, somadas aos áureos suplementos que acudirão a douta manifestação desta Autoridade, com a devida vênia, esta RECORRENTE requer, com supedâneo na Lei nº 14.133/2021, a análise e admissão desta peça em seu efeito suspensivo, e no mérito, **sejam acolhidas as justificativas apresentadas para desclassificar a vencedora do certame, TEIXEIRA IMPRESSAO DIGITAL E SOLUCOES GRAFICAS LTDA**, em razão da cristalina e indubitável **inexecutabilidade da proposta, nos ditames do art. 59, §4º, da Lei 14.133/2021**, igualmente promovendo a desclassificação de **quaisquer outras propostas com valor abaixo de 25%** (vinte e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, qual seja, abaixo do valor de **R\$18.300,00 (Dezoito mil, trezentos reais)**


Em observância ao princípio da eventualidade, requer por fim, caso seja indeferido o presente recurso administrativo, façam-no conhecer à Autoridade Superior competente, nos termos do art. 165, §2º, da Lei 14.133/2021, para que, em reexame, reforme a decisão primeva e determine preliminarmente que a RECORRIDA possa apresentar suas documentações mediante diligências complementares, e em quadra de mérito, seja desclassificada em razão da inexecutabilidade da proposta, nos ditames do art. 59, §4º, da Lei 14.133/2021.

Termos em que,
Pede e Espera Deferimento.

ARTEM PROJETOS
CNPJ: 51.526.193/0001-50



Ouro Branco/MG, 08 De Abril De 2024.


ARTEM PROJETOS LTDA
Cláudia Tamires Jesus Ribeiro
Sócia/Administradora

┌
51.526.193/0001-50
ARTEM PROJETOS LTDA
RUA ITAUNENSE, Nº 59 - SIDERURGIA, OURO
BRANCO/MG – CEP: 36.492-222
TELEFONES: (31) 987911841 / 31 99881-8432 / 31 99329-8804
E-MAIL: ADMINISTRATIVO@ARTEMPROJETOS.COM.BR
└